



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## PARECER

### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Matéria:** Projeto de Lei nº 68/2022.

**Data:** 03 de agosto de 2022.

**Autoria:** Poder Legislativo

**Súmula:** "INSTITUI A POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NAS EMPRESAS PRIVADAS E NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO."

### RELATÓRIO

De autoria do Vereador André Gabardo, o Projeto de Lei nº 68/2022, institui a política de prevenção e combate ao assédio moral e sexual nas empresas privadas e na administração direta e indireta do município de Campo Largo.

A presente proposição tem como objetivo assegurar condições para o exercício efetivo dos direitos ao trabalho, à dignidade, ao respeito e à convivência comunitária, através de uma política que gere segurança no ambiente de trabalho.

Assim, o Projeto de Lei encontra-se nesta Comissão, em atendimento às normas regimentais que disciplinam sua tramitação, estando, portanto, sob a responsabilidade desta Relatoria, para que seja exarado o parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade.

É o sucinto relatório.

### PARECER

A matéria é de competência desta comissão para elaboração do referido parecer, nos termos do artigo 42 e seguintes do Regimento Interno, da Câmara de Vereadores.

Com relação ao mérito, o Projeto vale prosperar, pois visa facilitar a identificação de casos através de campanhas de conscientização, seminários, rodas de conversa, criação de grupos focais para a criação de ambientes de diálogo e escuta, formação permanente dos servidores e prestadores de serviços, divulgação das políticas públicas voltadas para o atendimento das vítimas e a abertura de canais de denúncia específicos nas empresas e prédios públicos.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

## ESTADO DO PARANÁ

Assim, o Projeto de Lei visa observar na prática, notadamente o caput dos artigos 5º e 6º da Constituição Federal, conforme abaixo se descreve:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
(...)

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.  
(...)

Por fim, a proposição apresenta boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001.

Logo, a matéria está apta para ser inserida no ordenamento jurídico Municipal.

### CONCLUSÃO

Em face do exposto, a matéria está apta para ser inserida no ordenamento jurídico Municipal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
ESTADO DO PARANÁ

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

A Comissão de Justiça e Redação, em reunião realizada no dia 03 de agosto de 2022, opinou, pela aprovação do Projeto de Lei nº 68/2022.

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

  
**DR. JOÃO FREITA**

Presidente

  
**LUIZ SCERVENSKI**

Relator

  
**GENÉSIO DOS SANTOS**

Membro